



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 01.07.2016**

3 Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às 10h30min, no auditório da
4 instituição localizada à rua Angélica, número 100, Jardim das Flores, município de Osasco,
5 realizou-se Reunião Ordinária da Congregação da EPPEN, *campus* Osasco da UNIFESP.
6 Sob a presidência da Diretora Acadêmica, Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic,
7 participaram: o Vice-Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa, a Diretora
8 Administrativa, Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz; os coordenadores de curso de graduação:
9 Profa. Dra. Karen Fernandez Costa, de Relações Internacionais; Prof. Dr. Luis Hernan
10 Contreras Pinochet, de Administração; Profa. Dra. Nena Geruza Cei, de Ciências Contábeis e
11 Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda. Também os representantes docentes: Prof. Dr. Bolivar
12 Godinho de Oliveira, Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari, Prof. Dr. Douglas Mendosa,
13 Prof. Dr. Fábio Luiz dos Santos, Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto e Profa. Dra. Nildes
14 Pitombo Leite. E, ainda os professores Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno, coordenador do
15 Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas, e Dra. Cintia Rejane
16 Möller de Araújo, coordenadora da Câmara de Extensão. Bem como, os representantes dos
17 servidores técnico-administrativos: Sr. Edmur Machado Silva, Sr. Ricardo Vieira Bertoldo e
18 Sra. Rosângela da Silva Rocha. E, também, o representante discente: Luis Henrique Costa da
19 Silva. Compareceram, ainda: o Prof. Dr. Luiz Augusto Finger França Maluf e o Prof. Dr.
20 Antonio Cordeiro Neto, coordenador e vice-coordenador do curso de Ciências Atuariais.
21 Justificaram ausência: a Profa. Dra. Gabriela de Breláz, por participação em congresso, a
22 Profa. Dra. Ismara Izepe de Souza, por estar em férias e o discente Antonio Bispo, por estar
23 comprometido com um trabalho. E os professores, Dr. Fábio Luiz dos Santos e Dr. Ricardo
24 Luiz Pereira Bueno, justificaram atraso por ter compromisso anterior e por conceder vistas de
25 provas aos alunos, respectivamente. Ambos se juntaram ao grupo durante o andamento dos
26 trabalhos. A presidente, inaugurou a sessão às 10h52min cumprimentando os presentes
27 e abriu os trabalhos com os **INFORMES**, a partir dos **Informes da Diretoria Acadêmica**:
28 ● **Quitaúna** – Relembrou a assinatura do contrato da obra do campus Quitaúna e anunciou
29 a Ordem de Serviço prevista para o dia 11 de julho, o que significava o início das obras.
30 Relatou os esforços para garantir recurso de capital para o ano seguinte e, aproveitando a
31 presença de representante discente, solicitou que tais informações fossem repassadas aos
32 demais alunos. E, assim, justificou o paradoxo do início das obras ao mesmo tempo em que a
33 instituição se deparava com dificuldades orçamentárias relativas às verbas de custeio, como
34 poderia ser observado nos relatos que se seguiriam.
35 ● **Orçamento - Rateio de Custeio e Rateio de Capital** - Ela esclareceu que os dois tipos
36 de orçamento não se vinculavam, explicando que o de custeio era destinado às despesas
37 cotidianas, como pessoal terceirizado, aluguel, consumo de água e energia, entre outros.
38 Enquanto o orçamento de capital era aquele reservado para obras e patrimônio geral, como
39 computadores, livros, etc. Concluiu dizendo que a obra seria iniciada, a despeito das contas



40 pendentas, uma vez que o recurso a ela destinado não poderia ser utilizado para cobrir
41 qualquer outro tipo de despesa. Declarou que o recurso de capital da Unifesp para o ano de
42 2016 era suficiente para cobrir as obras de Guarulhos, já em andamento e, por isso, a
43 concentração de esforços para reivindicar em Brasília recursos para a obra do campus Osasco
44 e encerrou enfatizando a constante luta por rateio do orçamento de custeio. E, então,
45 concedeu a palavra ao vice-diretor para os **Informes do CONSU**. O Prof. Julio reportou:
46 • **Alteração do Estatuto da Unifesp** - Explicando que as reuniões extraordinárias
47 marcadas especialmente para tratar desse assunto exigiam quórum qualificado de 50
48 membros, porém, esse número não tinha sido alcançado na última sessão. Segundo o vice-
49 diretor, essa discussão caminhava lentamente visto que o quórum era atingido somente em
50 horário adiantado e o esvaziamento ocorria rapidamente, restando um curto espaço de tempo
51 produtivo. Mencionou a intenção da Reitoria de publicar as decisões ali tomadas em forma
52 de instrução normativa, conferindo aplicação imediata das decisões, ainda que houvesse a
53 possibilidade de divergências. Ele comunicou que a decisão de maior impacto tinha sido a
54 deliberação pela composição da lista tríplice para eleição de reitor ser elaborada pelo próprio
55 CONSU, seguindo a LDB que determinava o mínimo de 70% de representação docente. E a
56 consulta, ainda que informal, deveria ser considerada de forma paritária, ou seja, 33,3% para
57 cada segmento, com a proporcionalidade sendo apurada a partir de um cálculo que levaria em
58 conta o número de votos em cada chapa relativamente ao número de pessoas que compõem
59 cada segmento e não de o número de votantes de cada um deles. Ele também detalhou a nova
60 composição do conselho, que contava com 81 membros, sendo 55 docentes (incluindo
61 diretores, pró-reitores e a Magnífica Reitora), 13 discentes e 13 TAEs. Acrescentou que,
62 entre os docentes, fora aprovada a composição de 1/3 titulares, 1/3 assistentes e 1/3 adjuntos,
63 podendo o docente votar nas 3 classes. Repetiu que essas decisões - segundo o vice-diretor,
64 as mais relevantes - estavam publicadas no *site* e não havendo contestações, já seriam válidas
65 para o corrente ano. O Prof. Ricardo Bueno solicitou esclarecimentos argumentando que
66 eleições diretas não eram permitidas pela LDB e não deveriam ser confundidas com
67 consultas. O Prof. Julio elucidou que a consulta não poderia sobrepor as decisões do
68 CONSU, mas, tão somente considerá-las. Ele lembrou que a lista tríplice a ser elaborada pelo
69 conselho não seria definida de forma paritária, pois o CONSU observa o mínimo de 70%
70 para a representação docente, como reza a LDB, mas que teria como indicativo a ser levado
71 em consideração a consulta, esta sim, paritária. O Prof. Ricardo Bueno, então, quis saber o
72 posicionamento dos conselheiros diante da discussão sobre alteração do estatuto em ano
73 eleitoral o que, segundo o professor, era uma situação muito sensível e parecia casuísmo.
74 O vice-diretor destacou que aquele tinha sido um debate bastante acalorado e que as opiniões
75 estiveram muito divididas. Findas as notícias da Diretoria Acadêmica, a presidente passou a
76 palavra à Sra. Juliana Mateusa para compartilhar os **Informes da Diretoria Administrativa**:
77 • **Trâmites** - Ela anunciou que todos os servidores passaram a ter acesso aos trâmites
78 dos processos, podendo acompanhar individualmente os relativos a assuntos pessoais e,



79 também, os relacionados aos recursos humanos, além de outros processos institucionais.
80 Assinalou que o setor administrativo estava disponível para demais esclarecimentos.
81 ● **Orçamento** - Ela também demonstrou que as receitas previstas na LOA 2016 estavam
82 compatíveis com as despesas assumidas em 2016, porém, havia uma dívida que vinha sendo
83 rolada desde 2014, sobrecarregando o orçamento anual. Acrescentou que aqueles números
84 não incluíam o Restaurante Universitário, o que seria tratado separadamente por depender de
85 verba PNAE. E, completou dizendo haver expectativa da aprovação, por parte do governo
86 federal, para o déficit maior e da liberação dos 20% dos recursos orçamentários restantes,
87 que se encontravam contingenciados, para fechamento das contas até o final exercício.
88 ● **Portaria** - Relatou que a empresa havia imposto algumas dificuldades para o início das
89 atividades dos novos controladores de acesso. Diante disso, e também aproveitando a
90 diminuição das necessidades em razão do período das férias de julho e considerando a
91 escassez de recursos, o princípio do contrato fora adiado para o começo do mês de agosto.
92 ● **Água** - Destacou a significativa redução no consumo de 690 m³ para 500 m³, resultado
93 de campanhas de esclarecimento e conscientização, ora compatível com os gastos do campus.
94 ● **Contrato dos Bombeiros** - Explicou que, com a chegada ao campus de novo servidor
95 destinado a ocupar o cargo de Técnico em Saúde e Segurança do Trabalho, seria possível, no
96 mês de outubro daquele ano, rescindir o contrato em vigor com o Corpo de Bombeiros.
97 ● **Orçamento recebido e executado até 20/setembro** - A Diretora Administrativa
98 comemorou que, apesar das muitas dificuldades enfrentadas, o campus Osasco apresentava
99 muito bom desempenho orçamentário quando comparado aos outros *campi* da Unifesp.
100 Retomando a palavra, a Profa. Luciana Onusic deu início aos assuntos da **ORDEM DO DIA**,
101 e concedeu a voz à coordenadora do curso de Relações Internacionais que tratou do item:
102 **(1) Abertura de concurso público da área de Relações Internacionais - subárea:**
103 **Segurança Internacional** - A Profa. Karen explicou o perfil da vaga, que seria a de
104 substituição do professor redistribuído, Dr. Flávio Rocha de Oliveira, detalhou os pontos
105 elencados em reunião da comissão do curso e comentou as características do edital. A
106 coordenadora falou sobre a grande área de atuação, destacando a novidade da possibilidade
107 de formação em engenharia. O Prof. Julio acrescentou que, na reunião que antecederia àquela,
108 da Comissão de Bancas, o Prof. Hage, representante do curso de Relações Internacionais
109 tinha brindado os colegas com o que fora uma “verdadeira aula sobre segurança cibernética”,
110 nas palavras do vice-diretor. A Profa. Claudia, por sua vez, chamou à atenção para a
111 aferição dos pontos atribuídos para o quesito “domínio do conteúdo” na prova escrita, em
112 comparação à prova didática. Ela sugeriu maior pontuação para “capacidade de
113 comunicação” na prova didática e para “domínio do conteúdo” na prova escrita. Todos os
114 conselheiros tiveram oportunidade de indicar ajustes e melhorias, ao que a coordenadora do
115 curso de Relações Internacionais mostrou-se agradecida e aberta às sugestões de alteração do
116 documento. Dessa forma, **em regime de votação, a abertura do concurso para**
117 **provimento de docente da área de Relações Internacionais, subárea Segurança**
118 **Internacional, foi aprovada por todos, desde que procedidas as alterações solicitadas.**



(2) Homologação das Chefias dos Departamentos

- As chefias e vice-chefias foram apresentadas aos conselheiros através da projeção dos memorandos encaminhados por cada departamento e, em regime de votação, com uma única abstenção, foram assim aprovadas:

▪ **Departamento de Administração:** Chefe: Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno e Vice-Chefe: Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira Filho;

▪ **Departamento de Ciências Atuariais:** Chefe: Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda e Vice-Chefe: Prof. Dr. Danilo Braun Santos;

▪ **Departamento de Ciências Contábeis:** Chefe: Profa. Dra. Nena Geruza Cei e Vice-Chefia não apresentada. A chefia foi aprovada com o compromisso de o curso apresentar para homologação na sessão ordinária seguinte o nome indicado para vice;

▪ **Departamento de Economia:** Chefia: Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari e Vice-Chefia: Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho;

▪ **Departamento do Eixo Comum:** Chefia: Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira e Vice-Chefia: Prof. Dr. Douglas Mendosa;

▪ **Departamento de Relações Internacionais:** Chefia: Profa. Dra. Fabiana Rita Dessoti e Vice-Chefia: Prof. Dr. Osmany Porto.

O Prof. Ikeda se retira e, com a palavra, a Profa. Nena explicou que ainda não fora possível eleger um Vice-Chefe para o Departamento de Ciências Contábeis. Mas, garantiu que o curso faria a transição em reunião na semana que se seguiria e, então, seria possível indicar o nome do Vice-Chefe para homologação conforme compromisso ali assumido. A Profa. Luciana retomou a palavra para cumprimentar os chefes e vice-chefes, desejando sorte e sucesso a todos. O Prof. Julio lembrou que os departamentos teriam assento naquele colegiado e, portanto, para manter a paridade 70/15/15, os segmentos dos discentes e dos servidores técnicos também teriam direito a dois assentos adicionais. Lembrou que, provavelmente, os dois assentos discentes deveriam ser ocupados por alunos da pós-graduação e sugeriu que os técnicos se organizassem para indicar mais dois nomes. O Prof. Bolivar lembrou que quanto maior o colegiado, maior seria a dificuldade de se obter quórum e a Profa. Nena sugeriu garantir assento para os docentes assistentes que, em sua opinião, não estavam representados. O Prof. Julio esclareceu que a representação docente só se renovaria nas eleições seguintes, destacando que a composição indicada pela LDB 70/15/15 era a desejada, porém, o funcionamento da Congregação não seria ilegal se o número de docentes fosse maior que 70% do órgão, pois, a regra rezava apenas sobre o mínimo de 70% daquela categoria, não versando sobre o máximo. Assim, **ficou combinado que a Procuradoria seria consultada sobre as possibilidades dos servidores TAEs poderem ocupar os novos assentos procedendo a eleições internas e/ou reconduzindo os suplentes eleitos na eleição anterior.** A presidente, então, passou a palavra à Diretora Administrativa que tratou do item:

(3) Restaurante Universitário

- A Sra. Juliana que explicou que a empresa PackFood – nova fornecedora das refeições do restaurante universitário do campus Osasco, onde havia iniciado o contrato apenas em 02/junho, porém, já era conhecida em outros *campi* da instituição, como Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e São Paulo – estava



159 preocupada com o período de férias e havia proposto duas alternativas para contornar a
160 situação de drástica redução de público no mês de julho, como já havia procedido com as
161 outras unidades universitárias. Ela relatou que os campi de Diadema e São José dos Campos
162 tinham optado pelo fechamento do RU, enquanto Baixada Santista escolhera não fornecer o
163 jantar, mantendo o almoço, e o campus São Paulo, decidiu manter o funcionamento normal.
164 O campus Osasco deveria decidir sobre o fechamento total do RU durante as férias ou
165 interrupção do restaurante, mantendo os serviços da cantina das 10h às 19h. Mencionou que a
166 empresa havia tentado impor a arrecadação mínima de R\$ 500 para a cantina manter o
167 serviço, o que não era viável para o campus e tampouco constava em contrato. Ela
168 acrescentou que a situação era um tanto delicada em razão de o RU ser uma política
169 institucional e, como tal, não poderia ser cancelada, apesar de a verba PNAE que custeia o
170 RU ter se esgotado em maio e vinha sendo coberta com verba própria. A redução dos
171 serviços no período de férias era usual e não passava pela Congregação, no entanto, a
172 instituição chegara a um ponto dramático de não poder cobrir os gastos com o RU ou
173 interromper o fornecimento e, por essa razão, o assunto estava sendo trazido para ser
174 compartilhado com aquele colegiado, lamentou a Sra. Juliana. A Profa. Luciana corroborou a
175 fala da diretora administrativa dizendo que, além daquela decisão mais imediata, o assunto
176 deveria ser debatido mais profundamente no decorrer do segundo semestre, em razão do
177 esgotamento da verba PNAE, como já antecipado. A essa altura, às 12h10 o Prof. Ikeda
178 retorna ao recinto. Com a palavra, o Prof. Julio esclareceu que a opção pelo fechamento do
179 RU que poderia ser implementada pelos outros campi era resultado do esgotamento da verba
180 PNAE. Assim, os conselheiros deveriam considerar a perspectiva das decisões tomadas pelos
181 outros campi e, também, considerar que se tratava de uma problemática de longo prazo.
182 Destacou que o Restaurante Universitário era um elemento essencial para a permanência dos
183 estudantes e, portanto, não ter a verba PNAE configurava-se em um problema efetivo. Por
184 essa razão, defendeu que a opção de suspender o restaurante, no mês de julho de 2016, e
185 manter os serviços da cantina, com a garantia de atendimento dos estudantes que viessem ao
186 campus, por meio de alimentação padronizada a partir de pratos pré-elaborados, sem
187 imposição de qualquer quantidade mínima de arrecadação, era mais atraente. O representante
188 discente corroborou a fala do vice-diretor dizendo ser ele o exemplo citado de estudante que
189 dependia do RU para permanecer na universidade. Comentou que ele e muitos colegas não
190 tinham condições de cozinhar a própria comida e não podiam aproveitar para voltar para suas
191 casas nas férias, visto que alguns, como ele próprio, também cumpriam estágios ou
192 mantinham empregos. O Prof. Murilo também simpatizou com a segunda proposta,
193 acrescentando que a refeição era também uma necessidade para muitos servidores. Ele
194 também comentou que a verba PNAE era mais um aspecto da crise federal do orçamento e
195 que o assunto carecia de avaliação mais abrangente e prestação de contas. Sublinhou a
196 relevância do informe de que a comunidade acadêmica corria o risco de não poder contar
197 com o RU no segundo semestre. Na opinião do professor, a comunidade não estava ciente da
198 gravidade da situação. Chamou à atenção para o fato de o RU ser um recurso básico que



199 deveria ser garantido, especialmente com a implantação da política de cotas. O Prof. Bueno
200 concordou com o colega e sugeriu que a gravidade da situação fosse colocada para a Reitoria
201 de forma a cobrar a liberação da verba PNAE, além de estabelecer a possibilidade de
202 utilização de recursos próprios não comprometidos para garantir os auxílios básicos em casos
203 de emergência como aquela que se apresentava. A Sra. Juliana explicou que a equipe tinha
204 expectativa de poder cobrir o RU com recursos próprios, no entanto, o MEC havia recolhido
205 a autorização concedida, mesmo havendo recursos próprios suficientes para tal. Ela declarou
206 que havia a sugestão para se utilizar recursos de contratos vigentes, mas, por se tratar de
207 política institucional, era necessário aguardar recomendação superior nesse ou qualquer outro
208 sentido. Sublinhou que os gastos do RU eram os mais altos, da ordem de 60 mil reais
209 mensais em Osasco, somando aproximadamente 800 mil reais mensais em toda a Unifesp, o
210 que tornava um exercício muito difícil. Nesse ponto, eram 12h20 e a Profa. Cintia se retirou
211 da reunião. O Prof. Julio concordou com o Prof. Murilo que era imprescindível tomar uma
212 decisão antes do início do semestre seguinte e lamentou que a próxima reunião ocorresse
213 somente após a volta às aulas. A Profa. Luciana mostrou-se contrária à retirada de recursos
214 de outro contrato para cobrir o RU. Disse estar esperançosa a respeito do
215 descontinenciamento da verba PNAE e declarou que insistiria na batalha por mais recursos,
216 como sempre fazia mediante a Reitoria e, por fim, também defendeu a segunda proposta.
217 Encaminhada a votação, **por unanimidade ficou decidido que a cantina ficaria aberta das**
218 **10h às 19h e serviria marmitas sem limite mínimo, e o restaurante universitário não**
219 **funcionaria de 04 a 31 de julho de 2016.** Ela encerrou o ponto da pauta dizendo que
220 qualquer notícia de última hora, boa ou ruim, sobre os desdobramentos da situação do RU
221 seria comunicada. O Prof. Luis Hernan precisou sair antes do encerramento dos trabalhos por
222 conta de um compromisso profissional. E, dando continuidade, a presidente tratou do ponto:
223 **(4) Regulamentação dos Procedimentos de Segurança** - Com a palavra, a Sra. Juliana
224 apresentou um estudo sobre alguns tipos de segurança utilizados em universidades. Explicou
225 que a contratação de segurança, mesmo desarmada, era muito onerosa e, portanto, convidava
226 os conselheiros a refletirem cuidadosamente sobre o serviço que, realmente, se desejava
227 adquirir. Esclareceu que a intenção era ajustar as necessidades do campus aos serviços
228 contratados e aos gastos empreendidos. A Profa. Karen quis saber quais tinham sido as
229 ocorrências para poder cogitar possíveis soluções e encaminhamentos. O Prof. Julio
230 informou que havia registros de furtos de computadores, projetores, câmeras, celulares, bem
231 como casos de uso de drogas no campus. A Sra. Rosângela relatou sua experiência no
232 campus Guarulhos, onde já trabalhara, cujo acesso de visitantes era controlado. Como
233 servidora lotada no setor de serviços, citou a redução dos postos de vigilância de 11 para
234 apenas 3 como fator crucial e, também, explicou que necessitavam saber quais
235 procedimentos deveriam ser adotados, na mais prosaica equação “pode/não pode” para, dessa
236 forma, poderem desenhar adequadamente o perfil da vaga, bem como melhor instruir os
237 trabalhadores terceirizados. A Profa. Luciana analisou que eram duas discussões distintas,
238 saber os anseios da comunidade sobre os procedimentos de segurança e a redução de gastos



239 em razão do orçamento e, então, visto que os cortes do orçamento já seriam discutidos de
240 forma ampla em agosto, ela propôs a composição de comissão para estudo do assunto
241 referente somente às necessidades e possibilidades de segurança, ideia prontamente apoiada
242 pelo Prof. Murilo. Por sua vez, o professor argumentou que havia se investigado um pouco o
243 tema e constatado que algumas universidades, de fato, tinham optado pela instalação de
244 câmeras de segurança em razão de crimes muito graves ocorridos em seus campi. Em sua
245 opinião, aquela questão não poderia ser reduzida à equações do tipo acesso restrito x acesso
246 livre ou vigilância x serviços de portaria. Sublinhou que a comissão deveria elaborar análise
247 detalhada com intuito diagnóstico. Retomando a palavra, a Sra. Juliana assinalou que os
248 serviços estavam funcionando bem até ali, porém, qualquer situação imprevista vinha
249 causando desencontros e até gerando a sensação de impotência dos serviços terceirizados.
250 Defendeu que a regulamentação dos procedimentos de segurança facilitaria o entendimento
251 da comunidade e o trabalho dos contratados, conseqüentemente, melhorando o
252 funcionamento do campus. Alegou que a falta de regras dificultava a fiscalização dos
253 contratos e esclareceu que se a decisão do colegiado fosse pelo controle de acesso, a
254 contratação de porteiros atenderia à demanda, visto que esses profissionais eram treinados
255 para abordar pessoas e orientá-las na circulação dentro do campus, enquanto que os serviços
256 oferecidos por vigilantes eram de outra natureza e tinham um caráter de proteção de pessoas
257 e patrimônios, resultando em contratos com características e preços díspares. O Prof. Murilo
258 destacou que, muito mais do que criação de regulamento de acesso - que poderia gerar filas e
259 trazer mais transtornos do que benefícios ou, talvez, não ser cumprido - o bom-senso e até
260 mesmo os hábitos e costumes adquiridos pelas sociedades costumavam ser bons reguladores.
261 A presidente, então, consultou os membros e **a proposta de criação de uma comissão para
262 análise diagnóstica e a apresentação de proposta de regulamentação dos procedimentos
263 de segurança do campus Osasco - de composição paritária entre os seguimentos (2
264 docentes, 2 TAEs e 2 discentes) e a ser aprovada em reunião da Congregação no mês de
265 setembro - foi unanimemente aprovada.** Assim, a diretoria acadêmica se comprometeu a
266 enviar comunicado explicando a necessidade de entendimento das questões relativas à
267 segurança no campus, sobre a recomendação da Procuradoria de instalação de câmeras de
268 vigilância em suas dependências e solicitando os nomes dos voluntários para compor a
269 comissão recém-aprovada. E, ainda, foi acatada a sugestão do Prof. Fábio Luiz de um
270 representante da diretoria administrativa auxiliar os trabalhos da comissão, como convidado.
271 **(6) Homologação do PPC do curso de Ciências Atuariais** - A presidente deu início ao
272 último item da pauta, retomando o assunto já previamente apresentado por ocasião do ponto
273 (2). Assim, em razão da eleição do Prof. Ikeda para a Chefia do Departamento de Ciências
274 Atuariais, ela tratou, primeiramente, **da homologação da nova coordenação do curso tendo
275 o Prof. Dr. Antonio Cordeiro Filho como coordenador e o Prof. Luiz Augusto Finger
276 França Maluf como vice-coordenador, que foi aprovada com uma única abstenção.** A
277 Profa. Luciana, então, concedeu a palavra ao já coordenador, Prof. Cordeiro, para falar sobre
278 o PPC do curso de Ciências Atuariais. Ele disse que algumas pequenas alterações de



279 disciplinas como pré-requisitos tinham sido incorporadas ao documento. O Prof. Murilo quis
280 saber quais tinham sido as modificações e o coordenador explicou que, para conferir
281 excelência ao curso, haviam optado por aprimorar a sequência das disciplinas, passando 3
282 disciplinas de um termo para outro. A Profa. Luciana retomou a palavra para acrescentar que
283 outra questão que havia ficado pendente fora a participação de docente do Eixo Comum no
284 Núcleo Docente Estruturante de Ciências Atuariais, ao que Prof. Cordeiro confirmou que a
285 colega coordenadora do eixo multidisciplinar, Profa. Claudia Moraes, havia aprovado o nome
286 do Prof. Dr. Álvaro Machado Dias e o indicado através de mensagem por correio eletrônico.
287 Dessa forma, sanada a pendência com relação ao NDE e feitas as pequenas alterações, “nada
288 substanciais”, nas palavras do coordenador, o documento estava finalizado. O Prof. Fábio
289 Luis quis recordar o histórico daquele processo para esclarecer se todas as etapas tinham sido
290 cumpridas satisfatoriamente, visto que tinham sido apresentados pareceres sobre o
291 documento. A presidente esclareceu que os três pareceres tinham sido apresentados na
292 reunião anterior e eram favoráveis à aprovação do documento, no entanto, havia sido
293 colocada a dúvida da Profa. Claudia Moraes com relação à indicação do docente do Eixo
294 Comum participante do NDE. Ela mencionou que havia acompanhado a troca de mensagens
295 atestando o entendimento entre as duas partes, o curso de Ciências Atuariais e o Eixo
296 Comum. Também acrescentou que, nesse interim, o próprio coordenador havia percebido
297 disciplinas fora do lugar na matriz curricular, as quais julgou que ficariam melhor alocadas
298 em outro termo, tendo assim procedido. Informou, ainda, que as modificações eram
299 pequenas, mas, importantes para a formação dos alunos e não alteravam os pareceres já
300 apresentados. Então, colocou o assunto em votação e **com 12 votos favoráveis e 2**
301 **abstenções, o PPC do curso de Ciências Atuariais foi aprovado.** Cumpridos todos os itens
302 da ordem do dia, a Profa. Luciana agradeceu a presença dos conselheiros, desejou boas férias
303 para aqueles que aproveitariam o recesso escolar e encerrou a sessão à 13 horas. Eu,
304 Maristela Bencici Feldman lavei esta ata.

305 Osasco, 01 de julho de 2016.

306 _____
307 Profª. Dra. Luciana Massaro Onusic

308 _____
309 Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/01/07/2016/Ord.

310

311

Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz

312

313

Profª. Dra. Karen Fernandez Costa

314

315

Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet

316

317

Profª. Dra. Nena Geruza Cei

318

319

Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda

320

321

Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira

322

323

Profª. Dra. Claudia Alessandra Tessari

324

325

Prof. Dr. Douglas Mendosa



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/01/07/2016/Ord.

326

327

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

328

329

Profa. Dra. Nildes Pitombo Leite

330

331

Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno

332

333

Profa. Dra. Cintia Rejane Möller de Araújo

334

335

Prof. Dr. Fábio Luiz dos Santos

336

337

Sr. Edmur Machado Silva

338

339

Sr. Ricardo Vieira Bertoldo

340

341

Sra. Rosângela da Silva Rocha



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/01/07/2016/Ord.

342

343

Luiz Henrique Costa da Silva

344

345

Maristela Bencici Feldman